



**MINISTÉRIO DA FAZENDA
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES**

PROCESSO Nº. : 13642-000138/95-76
RECURSO Nº. : 15.838
MATÉRIA : IRPF - EX: DE 1992
RECORRENTE : ENIO DE SOUZA JÚNIOR
RECORRIDA : DRJ EM JUIZ DE FORA - MG
SESSÃO DE : 13 DE NOVEMBRO DE 1998
ACÓRDÃO Nº. : 108-05.483

IRPF - PROCEDIMENTO DECORRENTE - Em virtude da estreita relação de causa e efeito entre o lançamento principal e o decorrente, mantido o primeiro e não arguindo o contribuinte matéria nova alusiva ao segundo, igual decisão se impõe quanto à lide reflexa.

Recurso a que se nega provimento.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de recurso interposto por ENIO DE SOUZA JÚNIOR.

ACORDAM os Membros da Oitava Câmara do Primeiro Conselho de Contribuintes, por unanimidade de votos, **NEGAR** provimento ao recurso, nos termos do relatório e voto que passam a integrar o presente julgado.

MANOEL ANTÔNIO GADELHA DIAS
PRESIDENTE E RELATOR

FORMALIZADO EM: 13 OUT 1998

Participaram, ainda, do presente julgamento, os seguintes Conselheiros: JOSÉ ANTONIO MINATEL, MÁRIO JUNQUEIRA FRANCO JÚNIOR, NELSON LÓSSO FILHO, MÁRCIA MARIA LÓRIA MEIRA, TÂNIA KOETZ MOREIRA, JOSÉ HENRIQUE LONGO E LUIZ ALBERTO CAVA MACEIRA.

PROCESSO Nº : 1304-2-01000036/93-70
ACÓRDÃO Nº : 108-05.483
RECURSO Nº : 15.838
RECORRENTE : ENIO DE SOUZA JÚNIOR.

RELATÓRIO

ENIO DE SOUZA JÚNIOR, inscrito no CPF sob o nº 197.303.656-87, recorre para este Conselho de Contribuintes da decisão do Delegado da DRJ em Juiz de Fora (MG), que julgou parcialmente procedente a exigência do Imposto de Renda - Pessoa Física referente ao exercício de 1992, ano-base de 1991, formalizada por meio do auto de infração de fls. 01/04.

Trata-se de tributação reflexa, originária de lançamento na pessoa jurídica LACCA Decorações, Comércio, Importação e Exportação Ltda.

A decisão recorrida, na parte atacada, traz a seguinte ementa (fls. 26):

"IMPOSTO DE RENDA PESSOA FÍSICA
LUCRO ARBITRADO
DECORRÊNCIA

Em razão da íntima relação entre causa e efeito, aplica-se ao processo decorrente a mesma sorte do processo matriz."

Em seu apelo, o recorrente, reportando-se ao recurso interposto no processo principal (IRPJ), sustenta, em síntese: 1. o arbitramento só se justifica quando restar cabalmente comprovado que a escrituração da pessoa jurídica contém vícios insanáveis, a impedirem a apuração correta da base de cálculo dos tributos; 2. é inadmissível que a simples falta do livro Caixa possa autorizar medida tão gravosa para o contribuinte; 3. a autoridade fiscal deve apurar o valor do tributo de acordo com os verdadeiros fatos praticados pelo contribuinte, buscando sempre a verdade material; 4. a desclassificação da escrituração, sem que sejam invocadas questões substanciais, constitui violência ao direito da pessoa jurídica de somente recolher o tributo efetivamente devido.



O recurso subiu sem o depósito de que trata o art. 32 da Medida Provisória nº 1.621-30, de 12/12/97, à vista de liminar concedida em mandado de segurança intentado pelo contribuinte, conforme decisão de fls. 45/46.

É o relatório.

A handwritten signature in black ink, appearing to be the initials 'Gsk' or similar, written in a cursive style.

VOTO

CONSELHEIRO MANOEL ANTÔNIO GADELHA DIAS - RELATOR

O recurso merece ser conhecido, posto que tempestivo e acompanhado de decisão judicial concessiva de liminar em mandado de segurança, determinando o seu processamento sem o depósito de que trata o art. 32 da Medida Provisória nº 1.621-30, de 12/12/97, e suas reedições.

No mérito, trata-se de processo decorrente, tendo este Colegiado, apreciando o processo principal (nº 13642.000136/95-41), resolvido manter a decisão de primeiro grau, entendendo improcedente a irresignação da contribuinte.

É cediço, nesta instância administrativa, de que no caso de lançamento dito reflexivo há estreita relação de causa e efeito entre o lançamento principal e o lançamento decorrente, uma vez que ambas as exigências repousam em um mesmo embasamento fático. Assim, entendendo-se verdadeiro ou falso os fatos alegados, tal exame enseja decisões homogêneas em relação a cada um dos lançamentos.

Nestas circunstâncias, o exame feito em um dos processos atinentes a lançamento ensejado pelo mesmo suporte fático, especialmente no processo intitulado principal, serve também para os demais. Não quer dizer com isso que a decisão de um vincula a de outro. No entanto, não havendo no processo decorrente nenhum elemento novo que seja apto a alterar a convicção do julgador, por questão de coerência lógica, a decisão deve ser tomada em igual sentido.



Como salientado, no presente caso observa-se que este mesmo Colegiado, apreciando os fatos ensejadores do lançamento principal, concluiu no respectivo processo, que improcedia o inconformismo do recorrente quanto à exigência do imposto de renda pessoa jurídica, como faz certo o Acórdão nº 108-05.449 de 10/11/98.

Ora, sendo assim, e tendo em vista que não se apresenta nestes autos qualquer elemento novo capaz de alterar o entendimento anteriormente fixado, impõe-se decisão consentânea seja adotada.

Em face de tais considerações, nego provimento ao recurso.

Brasília(DF), em 13 de novembro de 1998.



MANOEL ANTÔNIO GADELHA DIAS - RELATOR